

# CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NA MITRA DIOCESANA DE CRUZ ALTA<sup>1</sup>

LUZ, Keiphol Ferreira da<sup>2</sup>; MARETH, Taciana<sup>3</sup>

## Resumo

A economia brasileira está dividida em três setores, adotando um modelo chamado tri-setorial. No primeiro setor encontra-se o Governo, no segundo setor estão as empresas privadas com fins lucrativos e no terceiro setor, estão as entidades privadas sem fins lucrativos, que possuem suas atividades voltadas para suprir as necessidades não atendidas pelo primeiro setor. Faz parte deste setor as Igrejas Católicas, aqui direcionadas a um estudo na Mitra Diocesana de Cruz Alta e em como a mesma trata a questão da transparência na evidenciação das informações contábeis. Ressalta-se a importância da pesquisa realizada, uma vez que servirá de fonte de pesquisas futuras, oferecendo transparência sobre as suas atividades contábeis, pouco exploradas pela sociedade, acadêmicos e profissionais da área, para que eles reconheçam as peculiaridades do terceiro setor, e que como qualquer outra entidade do segundo setor, também possui obrigações legais perante o Governo. Na pesquisa adota-se uma metodologia baseada em um estudo de caso, aliado a pesquisa bibliográfica de forma qualitativa e descritiva, além de apresentar uma entrevista com todas as paróquias e a Cúria que pertencem a Mitra Diocesana de Cruz Alta, demonstrando como as mesmas realizam a prestação de contas, a evidenciação das suas informações contábeis à comunidade e todo o processo que a norteia. Foi possível observar que não existe um padrão na prestação de contas e que é expressiva a falta de interesse por parte da comunidade a respeito das contas da igreja.

**Palavras-chave:** terceiro setor, Mitra Diocesana de Cruz Alta, contabilidade, transparência da informação.

## Abstract

*The brazilian economy is divided into three sectors, adopting a model called tri-sector. In the first sector is the Government, in the second sector are private for-profit companies and in the third sector, there are non-profit private entities, whose activities are focused on supplying the needs not served by the first sector. The Catholic Churches are part of this sector, directed here to a study in the Mitra Diocesana of Cruz Alta and how it treats the issue of transparency in the disclosure of accounting information. It is important to highlight the importance of the research carried out, since it will serve as a source of future research, offering transparency on accounting activities, little explored by society, academics and professionals in the area, so that they recognize the peculiarities of the third sector, and that Like any other entity in the second sector, also has legal obligations to the Government. The research adopts a methodology based on a case study, allied to bibliographical research in a qualitative and descriptive way, besides presenting an interview with all the parishes and the Curia belonging to the Mitra Diocesana of Cruz Alta, demonstrating how they perform The accountability, the disclosure of your accounting information to the community and the entire process that guides it. Where it is possible to observe that there is no standard in the*

<sup>1</sup>Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

<sup>2</sup>Acadêmico(a) do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – Email: keiphol\_fl@hotmail.com

<sup>3</sup>Professora do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, Doutora em Engenharia de Produção, PUCRJ – Email: tacionamareth@yahoo.com.br

*rendering of account and that is very expressive the lack of interest on the part of the community around him regarding the accounts of the church.*

**Keywords:** *Third sector, Mitra Diocesana of Cruz Alta, accounting, transparency of information.*

## 1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira está dividida em três esferas, adotando assim, um modelo chamado tri-setorial que consiste em um sistema que distingue as entidades conforme sua organização administrativa e seus objetivos, movimentando assim a economia. Neste modelo, se classificam as organizações em primeiro, segundo e terceiro setor.

O primeiro setor é formado pelo Governo, onde a administração pública tem como principal função a arrecadação de tributos e a distribuição de recursos, com o objetivo de oferecer à sociedade todos os serviços garantidos por lei, ou seja, suas atividades são voltadas para atender as necessidades da sociedade.

O segundo setor é formado pelas empresas privadas, com fins lucrativos, que exercem suas atividades visando o lucro. Este setor agrega grande valor na economia, pois as sociedades empresariais são fontes de emprego e renda para as pessoas e também são as fontes de arrecadação para o Governo.

O terceiro setor é formado pelas empresas privadas sem fins lucrativos, conhecido também como o setor da caridade ou setor voluntário. Neste setor se encontram as ONGs, associações, partidos políticos, fundações e entidades religiosas, que procuram suprir as necessidades da sociedade, quando o governo não consegue atender as mesmas, exercendo atividades voltadas para saúde, educação, redução das desigualdades sociais, entre outras.

Neste contexto, as Igrejas Católicas, se enquadram como entidades religiosas, que pertencem ao terceiro setor. Portanto elas são entidades sem fins lucrativos, que exercem atividades pastorais e sociais, voltadas para o bem comum, bem-estar-social da comunidade, onde estão localizadas.

Nota-se que as atividades administrativas e financeiras que a Igreja Católica desenvolve, são pouco conhecidas, esclarecidas e divulgadas para a sociedade. Ocasionalmente o fato de muitas pessoas se perguntarem sobre qual a necessidade da contabilidade para uma igreja, uma vez que por desconhecimento ou falta de informação, se imagina que o máximo que a igreja necessita é registrar e administrar os valores de dízimo que forem arrecadados.

Desta forma, observa-se que muitos até podem ter um grande conhecimento sobre os cultos realizados pela Igreja Católica e sobre os trabalhos sociais que as pastorais estão exercendo. Já o conhecimento sobre o funcionamento administrativo é quase inexistente, seja pela falta de divulgação, ou até mesmo pela falta de interesse da sociedade em buscar estas informações.

A administração de uma Igreja compreende muitos aspectos legais, pois são entidades privadas sem fins lucrativos que possuem obrigações perante o Estado e a sociedade.

Sob esta ótica, vão ser esclarecidos através deste estudo à sociedade, os aspectos sobre o funcionamento administrativo de uma Igreja, agregando os conhecimentos e procedimentos contábeis e legais, pois a cada ano as entidades pertencentes ao terceiro setor, vêm chamando a atenção dos entes governamentais, devido ao seu patrimônio e a grande rotatividade de numerário que possuem.

Neste contexto as Igrejas Católicas precisaram se adequar às novas exigências legais que estão surgindo. Elas devem manter a contabilidade para atender as questões governamentais e também para divulgar à sociedade, de forma transparente, como ocorre a captação e aplicação de seus recursos, que são providos em sua maioria de doações, como por exemplo, os recebimentos de dízimo e coletas de missa. Ou seja, é preciso existir uma prestação de contas para atender a todos os usuários das informações.

Desta forma, a prestação de contas é a ferramenta essencial para a divulgação da transparência das informações contábeis, atuando como um meio de comunicação da contabilidade da entidade para com a sociedade, expressando desta forma, a verdadeira situação que a entidade religiosa se encontra e agregando credibilidade em torno das entradas e saídas de recursos que ela movimenta.

Na cidade de Cruz Alta, se percebe a grande presença da Igreja Católica e da sua comunidade, que apresenta elevada representação na região, sendo a cidade em que se encontra a sede da Mitra Diocesana de Cruz Alta, chamada de Cúria Diocesana.

A Cúria Diocesana é um organismo administrativo, onde se encontram todas as informações da Diocese. Ou seja, ela é o órgão centralizador de informações administrativas e pastorais, como também o local de arquivo para todas as documentações e publicações de relevância para Igreja, comunidade e órgãos públicos.

Desta forma, questiona-se como é tratada a questão da transparência na evidenciação das informações contábeis na Mitra Diocesana de Cruz Alta, verificando os aspectos legais e tributários que norteiam a Diocese de Cruz Alta, assim como ocorre o seu processo de gestão

dos recursos financeiros, culminando em como a Diocese evidencia as suas informações contábeis.

Este estudo também busca oferecer um maior conhecimento sobre o tema em apreço, ressaltando sua importância, como fonte de pesquisa, divulgação e acesso de informação para toda a sociedade.

Justificando a presente escolha, visando um maior aprendizado pessoal e intelectual para a acadêmica, uma vez que este assunto é pouco discutido pelos profissionais contábeis. Ressalta-se, ainda a escolha como uma ferramenta para contribuir em seu dia-a-dia, como uma estratégia para auxiliar a mesma em seu cotidiano profissional.

A importância do tema para a contabilidade é tratada como uma forma de apresentar aos profissionais da área, as particularidades que o terceiro setor possui, em relação às empresas com fins lucrativos e o Governo.

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo encontra-se introdução. No segundo capítulo a fundamentação teórica, abordando os conceitos mais importantes para a realização da presente pesquisa. O terceiro capítulo contém a metodologia utilizada. No quarto capítulo se encontra a apresentação e análise dos resultados obtidos. No quinto capítulo as considerações finais e no sexto e último capítulo as referências utilizadas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo são apresentados os conceitos que norteiam a presente pesquisa, são eles: Terceiro Setor, Igreja Católica, Transparência das Informações Contábeis no Terceiro Setor, Normas Contábeis Aplicadas ao Terceiro Setor e Normas Tributárias Aplicadas ao Terceiro Setor.

### **2.1 Terceiro Setor**

No modelo tri-setorial, o Terceiro Setor é o setor representado pelas entidades sem fins lucrativos, que possuem suas atividades voltadas para atender as necessidades da sociedade, quando o Governo não consegue atender as mesmas.

Desta forma, segundo Falconer (1999, p.55) “As organizações que compõem o Terceiro Setor evidentemente não são novas. (...) Nova é a forma de olhá-las como componente de um ‘setor’ que pleiteia igualdade em relação ao Estado e ao Mercado.”.

Nesta perspectiva, Fernandes (1994, p.21) define:

O Terceiro Setor denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens de serviço de mútua ajuda. Este é o sentido positivo da

expressão. ‘Bens e serviços públicos’, neste caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem às necessidades coletivas.

O terceiro setor se apresenta como o setor de caridade, filantropia, assistencialismo, as classes que se encontram em vulnerabilidade, para proporcionar um pouco de qualidade de vida e bem-estar social.

Na opinião, de Luca (2008 p.22) “O Terceiro Setor seria, então, um elemento complementar que viria a preencher as lacunas deixadas tanto pelo mercado como pelo Estado.”. Neste sentido, Ioschpe, (2000, p.26), “designa o conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo principal papel é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato”.

Inseridas nessas organizações, encontra-se a igreja católica que é o objeto do estudo.

[...] como o conjunto de organizações de origem privada, dotadas de autonomia, administrativa própria e finalidade não lucrativa, cujo objetivo é promover o bem-estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania. (NUNES, 2006, p.25)

Conforme o autor destaca, as organizações que pertencem ao terceiro setor, como o caso da igreja católica, exercem atividades que promovam o bem-estar social da comunidade cristã, desprovida economicamente.

Vilanova (2004, p.32) frisa, “[...] o terceiro setor é o conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visam à prestação de serviços considerados de interesse público, cujos resultados alcançados se revertem à própria sociedade”. Desta forma, afirma-se que o dízimo arrecadado pela igreja é utilizado para suprir as despesas com a manutenção da própria igreja e seus projetos sociais.

Neste contexto, Landin e Berres (1999, p. 8) destacam:

Essa noção de ‘terceiro setor’ evoca não apenas um conjunto diversificado de organizações como também, metaforicamente, um espaço de afirmação de valores e práticas sociais que não pertencem ao terreno do mercado, como altruísmo, compromisso social, solidariedade laços comunitários, ambientalismo etc.

A igreja católica, sempre se envolveu com as questões sociais, procurando suprir necessidades básicas de seus fiéis, que apresentam uma situação de vulnerabilidade econômica, social e emocional. Trazendo presente assim, o questionamento de Olak (2009, p. 1 e 2):

É notório de longa data o crescimento desse setor, e as principais causas podem ser assim resumidas: (a) crise no setor público e conseqüente redução dos recursos destinados às áreas sociais; (b) crescimento do trabalho voluntário, motivado por maior conscientização das pessoas, apoio da mídia e normatização desse serviço; (c)

crescimento da violência urbana e rural; (d) maior envolvimento empresarial, buscando “cativar” os consumidores com a política da “cidadania empresarial.

Conforme o autor destaca, as causas do crescimento do terceiro setor, demonstram que o mesmo, está diretamente ligado com o primeiro e segundo setor. Pois onde estes dois setores apresentam suas falhas, o terceiro setor procura preencher estas lacunas. Ressaltado por Viégas, de Assis e Barreto (2014, p. 5):

Nesse sentido, o terceiro setor propicia um novo dimensionamento entre os demais setores e a sociedade. Por um lado, recebe a atenção governamental na busca de ações que supram as necessidades sociais ou, pelo menos, que combatam a ineficiência do Estado para cumprir sua responsabilidade social. Por outro, recebe influência da esfera privada, a partir da articulação de interesses convencionais nem sempre provenientes da missão declarada pelas entidades do terceiro setor.

Portando, o Terceiro Setor, surgiu para suprir as necessidades da sociedade, quando o Estado não consegue supri-las. Desta forma, o terceiro setor, é visto como um setor da caridade, do voluntariado, que hoje em dia, está em constante crescimento, levando-o a chamar a atenção do Estado e de toda a sociedade, devido às atividades que exerce e o seu grande crescimento.

### **2.1.2 Terceiro Setor: Igreja Católica**

Inserida dentro do grupo Terceiro Setor, encontra-se a Igreja Católica, que é uma entidade privada sem fins lucrativos.

Para Oliveira e Durãs, (2014, p.27) “as organizações religiosas são instituições de cunho religioso, em que a arrecadação com contribuições são para caridade, para seus participantes e para manutenção dos templos, motivo pelo qual estão isentas de pagamento de impostos.”. Está é uma estratégia que o Governo encontrou para ajudar as igrejas e as entidades sem fins lucrativos com a sua manutenção de forma que, para obterem esses benefícios elas devem cumprir obrigações acessórias, como o caso de manter uma contabilidade em dia e de acordo com a realidade.

Ou seja, as exigências legais devem ser cumpridas da mesma forma que qualquer outra empresa, apesar da igreja católica “prestar serviços”, ela não lucra por eles, desta forma, ela depende dos outros dois setores, da maneira que no primeiro setor ela encontra as isenções e imunidades tributárias, e no segundo setor encontra uma espécie de “ajuda” que ocorre através de incentivos, doações, patrocínios para a realização de suas atividades que envolvam a parte financeira. Quanto à parte dos cultos, a igreja segue suas doutrinas de acordo com o estabelecido no Código de Direito Canônico.

O Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (2015, p.45), destaca que: “as organizações religiosas são pessoas jurídicas formadas por pessoas que se unem para a realização de atividades sem finalidade lucrativa, voltadas à religiosidade e à profissão da fé, muitas vezes realizando atividades voltadas para a coletividade”. Estas pessoas visam o bem-estar social da comunidade religiosa, onde esta união ocorre muitas vezes de forma voluntariada, em alguns casos, quando demandam profissionais especializados as entidades religiosas contratam profissionais para execução do trabalho burocrático e financeiro.

No que tange à constituição da pessoa jurídica, por exemplo, ainda que entidades religiosas hoje estejam desobrigadas de seguir o modelo das associações, é fato que, em sendo uma entidade que carece de personalidade jurídica, há que se seguir os critérios básicos de constituição e administração de uma pessoa jurídica, inserindo-se nos estatutos das entidades religiosas questões como: responsável legal, administradores, objeto social/finalidade, atividades, patrimônio, forma de arrecadação (receita), dissolução (PICCININI, 2010, p.01).

Portanto as Igrejas Católicas são entidades religiosas, sem fins lucrativos, que possuem personalidade jurídica, com CNPJ próprio, estatutos e regras que devem seguir, para manterem suas atividades no país em que se estabelecerem.

## **2.2 Transparências das Informações Contábeis no Terceiro Setor**

Hoje em dia, fala-se muito sobre a transparência da informação e como a mesma contribui para tomada de decisões tanto em uma entidade com fins lucrativos, quanto a uma entidade sem fins lucrativos. Onde é importante para aqueles que doam bens e serviços, no caso da igreja católica, como para aqueles que tomam as decisões para alocar da melhor forma os recursos recebidos.

Que a evidenciação contábil tem sentido mais restrito que informação contábil, posto que a informação é um conjunto amplo que pode ser estruturado de acordo com a necessidade dos diversos usuários, e a evidenciação refere-se aos diversos métodos como essas informações estão disponíveis aos usuários (ARAÚJO, 2005, p.45).

Embora poucas pessoas tenham o conhecimento sobre as evidenciações contábeis, elas estão disponíveis, mas ainda existe pouca demanda de consulta pela sociedade em geral.

Para Padoveze (2000, p. 38), “a informação deve ser tratada como qualquer outro produto que esteja disponível para consumo. Ela deve ser desejada, para ser necessária. Para ser necessária, deve ser útil”. Então a evidenciação das informações deve ocorrer de forma

transparente e fidedigna, onde sua utilização auxilia nos procedimentos financeiros e administrativos.

Desta forma Barreto (1996, p. 407) define informação como “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade”, apresentando-a como “um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social”. Portanto, as informações devem demonstrar a situação em que se encontra a entidade, auxiliando na tomada de decisões que se referindo da igreja católica, vão ser muitas vezes, voltadas para atividades que ajudem de alguma forma seus cristãos.

Neste contexto, Marcovitch (1997, p.121) destaca que:

Por desempenhar função de interesse público espera-se que as organizações do Terceiro Setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados. [...] a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade.

Cada vez mais, os diversos setores, aqui incluindo as entidades religiosas, devem oferecer transparência em suas ações que envolvem entradas e saídas financeiras, essa é a forma que a sociedade e o Governo têm para verificar que todas as entradas são utilizadas para a própria manutenção da entidade, criando-se desta forma a comunicação entre a entidade, a sociedade e o governo.

Na opinião de Drucker (1990, p.132).

A instituição sem fins lucrativos deve ser baseada na informação. Ela deve ser estruturada ao redor das informações que fluem dos indivíduos que executam o trabalho para aqueles que estão no topo – os responsáveis finais – e também ao redor das informações que fluem para baixo. Esse fluxo de informações é essencial, porque uma organização sem fins lucrativos precisa ser uma organização de aprendizado.

Aprendendo e ensinando, as entidades religiosas estão a adequar-se às demandas que a legislação impõe a todas as entidades, inclusive a si própria. Além de evidenciar suas informações de forma clara e transparente.

Araújo (2005, p. 48) destaca ainda que nas organizações do terceiro setor, “só devem ser geradas informações contábeis se forem úteis para a tomada de decisão”. O registro da contabilidade do terceiro setor permite que sejam formulados relatórios financeiros que demonstrem a realidade financeira em que a entidade se encontra e assim as informações geradas auxiliam na tomada de decisões, que envolvam investimentos, doações entre outras ações.



Araújo (2005, p. 50) ressalta ainda sobre a transparência das informações: “Os que entregam recursos, sejam doadores, sejam membros, associados, necessitam decidir sobre a continuidade, ou não, dessas contribuições, baseados nas informações”. A informação é de grande importância, pois ninguém vai contribuir para alguma atividade, sem que ela apresente algum retorno, sem que ela cumpra seu verdadeiro propósito.

Desta forma Olak (2006, p.23) destaca que, “a transparência tende a estabelecer-se como estratégia competitiva.” Contribuindo com a linha de pensamento de Olak, Falconer (1999, p. 81), destaca que “em um contexto onde as organizações passam a competir de forma mais direta por recursos públicos e privados, deverá ser com a capacidade de demonstrar posições claras e resultados concretos que as organizações conseguirão se destacar”. Os autores frisam a importância de manter os demonstrativos fiéis a realidade em que se encontra a entidade, pois eles podem ser o diferencial para aqueles que contribuem de alguma forma para que as atividades da igreja ocorram.

Olak (2006, p. 24) ressalta ainda que:

Um importante instrumento de transparência na gestão das entidades sem fins lucrativos é a prestação de contas através de relatórios da administração. Esses relatórios são, normalmente, compostos por elementos que identificam aspectos históricos da instituição, missão e objetivos, dados estatísticos, evolução, atividades desenvolvidas no período, principais administradores, descrição de convênios, parcerias e contratos, pessoas atendidas, planejamento para a gestão do período seguinte etc. Também integram esses relatórios algumas demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas, além do parecer de auditores independentes.

Desta forma, como já frisado anteriormente, as entidades sem fins lucrativos, devem procurar transmitir aos seus usuários as informações contábeis de forma transparente e fidedigna, procurando transmitir estas informações em tempo hábil para todos os seus usuários, para assim demonstrar confiança em sua administração e gestão.

### **2.3 Normas Contábeis Aplicadas ao Terceiro Setor**

A Igreja Católica, bem como as demais organizações devem fornecer as informações contábeis de forma transparente, para todos os seus usuários. Mas para tanto, deve manter uma contabilidade que atue lado a lado às práticas administrativas e pastorais, que ocorrem na entidade.

Atualmente, algumas Dioceses, mantém a sua contabilidade centralizada, nas Mitra Diocesanas ou Arquidiocesanas, mantendo seus registros contábeis de entradas e saídas conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Iudicibus (1997, p. 23) define contabilidade como: “o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”. A contabilidade é a mais importante ferramenta de gestão que as entidades possuem, pois ela transmite a todos os usuários as informações reais em que se encontram as entidades.

É comum encontrar organizações sem fins lucrativos que enfrentam dificuldades financeiras diante da escassez de recursos. Contudo, as dificuldades vão além das financeiras, sofrem também com as falhas administrativas e contábeis, pois se preocupam muitas vezes apenas com as exigências legais e esquece um planejamento financeiro, assim como não apresentam um controle eficiente de recursos, levando a tomada de decisões sem uma base segura, o que seria facilitada com uma correta utilização de informações gerenciais. [...] isso acontece porque, muitas vezes, seus gestores são especialistas na atividade fim da entidade, normalmente ligadas a atividades sociais, sendo leigos no que se refere à gestão (SILVA, 2009. p.15).

Na Igreja Católica, muitas vezes é possível identificar a escassez nos recursos se eles não forem bem planejados, pois como ela depende quase que exclusivamente de recursos providos de doações, ela deve manter um planejamento financeiro que demonstre a realidade da entidade, além de ser de suma importância que a mesma contrate pessoas especializadas nas funções que envolvam a gestão, administração e contabilidade para que essas pessoas possam auxiliar para que a entidade tenha um bom andamento, pois muitas vezes o seu Clero, não possui conhecimento específico sobre a administração e contabilidade e sim sobre as doutrinas católicas, o que pode prejudicar de forma não intencional, a estabilidade financeira da mesma.

O modelo de gestão para uma entidade sem fins lucrativos desenvolve-se a partir de: a) identificação das estratégias genéricas aplicáveis a esse tipo de organização; b) hierarquização das decisões que compõem o processo de gerenciamento em estratégias e operacionais; e c) identificação dos diferentes agentes e instituições que se integram as organizações (TACHIZAWA, 2007, p.149).

Desta forma, conforme o autor explana, a Igreja deve manter um modelo de gestão bem estruturado, para que o mesmo consiga atender as suas necessidades. É importante que esse modelo baseie-se nas práticas de controles internos, onde o mesmo consiga demonstrar se as ações que estão ocorrendo são de suma importância a sua atividade e torne-se um sistema de informação para todos os envolvidos.

Neste contexto, para Soares, Catão e Libonati (2004 p. 15 *apud* Imenton 2008, p. 28):

Vista como um sistema de informação, a contabilidade é uma ferramenta importante para a gestão das entidades do Terceiro Setor, podendo adicionar valor de diferentes maneiras, entre as quais estão: a) melhoria no acesso às informações, propiciando relatórios mais precisos e rápidos, com menor esforço; b) melhoria na produtividade, tanto setorial quanto global; c) melhoria na tomada de decisões, pelo fornecimento

de informações mais rápidas e precisas; d) estímulo de maior interação entre os tomadores de decisões; e) fornecimento de melhores projeções dos efeitos das decisões; f) melhoria na estrutura organizacional, por facilitar o fluxo de informações; g) redução do grau de centralização de decisões dos que entendem e controlam o sistema; h) melhoria na adaptação da entidade para enfrentar os acontecimentos não previstos, a partir das constantes mutações nos fatores ambientais; i) otimização na prestação dos produtos e serviços; j) melhor interação com fornecedores e financiadores; k) melhoria do planejamento fiscal-tributário.

Portanto a contabilidade é a mais importante ferramenta de gestão que a Igreja possui, além de auxiliar na gestão financeira ela também é o agente principal para que a divulgação das informações econômicas e financeiras ocorra a todos os usuários.

Destaca Araújo (2005, p. 54):

As demonstrações contábeis a serem utilizadas nas entidades do terceiro setor são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

A maioria dessas demonstrações que devem ser utilizadas pela Igreja Católica, possuem suas peculiaridades em relação às entidades com fins lucrativos. Uma das demonstrações que apresentam essa realidade são as Demonstrações do Superávit ou Déficit, pois a Igreja não visa a lucro.

Ressalta ainda Imenton (2008, p. 29) “Não é, portanto, apenas para o cumprimento de suas obrigações estatutárias e legais que as entidades do Terceiro Setor precisam de informações contábeis, mas para que os gestores administrem suas organizações com eficiência e eficácia.”. Portanto, a Igreja Católica, não possui uma contabilidade diferente da utilizada no segundo setor. A Igreja possui sua contabilidade com pequenas peculiaridades, como o caso da apuração de Superávit/Déficit e não do Lucro/Prejuízo. Onde a mesma também usufrui de algumas isenções ou imunidades, pois a mesma arrecada as doações e as investe em sua própria atividade fim.

Pode-se citar a NBCT 10.19, que trata dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativas, onde a mesma estabelece os procedimentos técnicos para as entidades do terceiro setor, como o registro contábil e as demonstrações contábeis.

## **2.4 Normas Tributárias Aplicáveis ao Terceiro Setor**

O Terceiro Setor possui suas peculiaridades, tanto nas suas normas contábeis, como também nas normas tributárias, diferentemente das entidades com fins lucrativos.

A partir da instalação da República, a organização estatal brasileira foi estruturada de forma a contemplar a separação entre os cultos religiosos ou igrejas, impedindo-se o Estado de estabelecer, subvencionar ou embaraçar os cultos religiosos. No

entanto, as relações entre o Estado e as igrejas têm revelado oscilações no curso da História, admitindo-se cooperação entre essas entidades (MARTON, 2013 p.6).

As entidades cooperam entre si, de forma que o culto religioso não seja afetado neste curso, mas que a parte que tange a legislação seja empregue conforme as normas estabelecidas pelo governo brasileiro.

As organizações que atuam em benefício da sociedade, sem finalidade de lucro, vêm ganhando reconhecimento por parte do governo, pois desenvolvem atividades complementares às que o estado deveria oferecer satisfatoriamente. Por este motivo, há uma tendência por parte do poder público em fomentar, cada vez mais, o desenvolvimento dessas organizações no país. Ele concede alguns benefícios, como imunidade e isenção de impostos e contribuições, e a possibilidade do recebimento de recursos públicos, por meio de convênios, contratos, subvenções sociais (IMENTON, 2008, p.61).

Existe uma parceria entre o Estado e as entidades religiosas, nas quais as mesmas recebem alguns benefícios, mas para que isso ocorra, ela deve cumprir seus deveres, conforme estabelecido pelas normas do país onde está instalada.

Chagas (2011, p. 31e32) segue a mesma linha de pensamento de Imenton, pois ressalta que o terceiro setor:

[...] ganha certo reconhecimento por atuar em áreas que deviam ser atendidas pelo governo complementando assim a atuação deste, assim há uma fomentação do governo para estas entidades por meio da concessão de alguns benefícios, como imunidade e isenção de impostos e contribuições, e a possibilidade do recebimento de recursos públicos, por meio de convênios, contratos, subvenções sociais.

O autor ressalta a importância desses direitos e deveres que são exercidos pela Igreja e Governo. Desta forma, para melhor entendimento, Resende (2003, p.1apud Imenton 2008, p.61), conceitua:

[...] imunidade é a renúncia fiscal ou vedação da cobrança de tributo estabelecida em sede constitucional, ou seja, ainda que o termo utilizado na Constituição seja isenção, como é o caso de contribuições para a previdência social (art. 195, § 7º), na verdade se trata de imunidade.

[...] isenção é a dispensa de recolhimento de tributo que o Estado concede a determinadas pessoas e em determinadas situações, através de leis infra-constitucionais.

Observa-se que a imunidade e a isenção contribuem, para que a Igreja exerça suas atividades, pois estes valores que ela deixa de contribuir para o Governo são convertidos em ações sociais e sua manutenção.

As organizações do Terceiro Setor podem requerer, em determinadas situações o gozo a imunidade e a isenção- dispensas tributárias dadas a elas por lei. Contudo essa dispensa não as desobriga de prestarem contas com o poder público. Dentre todas as obrigações legais dispostas as organizações do Terceiro Setor, algumas delas são as chamadas obrigações tributárias acessórias onde as organizações do Terceiro Setor, assim como as entidades do segundo setor fornecem informações ao

Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria da Receita Federal (SILVA, 2009, p.15).

O autor quis frisar neste contexto, a importância das obrigações acessórias para desfrutar de isenções e imunidades fiscais, pois se a igreja deixa de atender os requisitos especificados pelo governo as mesmas vêm a perder estes benefícios.

Entende-se que o templo não possui patrimônio, renda ou serviços, mas sim pessoa jurídica mantenedora. Considera-se como renda imune aquela advinda da prática religiosa, através de doações de fiéis, traduzidas pelo dízimo e outras contribuições. O amparo legal é extraído do Parecer Normativo CST 162/74 item 7, o qual dispõe que a sociedade religiosa que mantém anexa ao templo, livraria para a venda de livros religiosos, didáticos, discos com temas religiosos e artigos de papelaria, visando a divulgação do evangelho, não terá o eventual lucro tributado (YOUNG, 2004, p. 26 e 27).

Os serviços utilizados pela igreja como a vendas de artigos religiosos, os quais visam à divulgação do evangelho, não possuem o lucro tributado, pois sua atividade não visa o lucro. Desta forma a Igreja os repassa aos seus fiéis ao preço de custo somente para divulgar o cristianismo, ocorrendo assim um reembolso pelo artigo religioso vendido.

Imenton (2008, p.65) ressalta ainda que: “É de grande importância que tanto os gestores quanto os contadores tenham conhecimento sobre as questões legais que envolvem esses benefícios, pois são questões bem peculiares ao Terceiro Setor, principalmente para o processo de captação de recursos.”

As entidades religiosas, não possuem seu objetivo, missão e valores, voltados para o lucro, e sim para suprir as necessidades da sociedade quando o Estado não consegue atender a toda a sociedade. A estas entidades são concedidas as isenções e imunidades tributárias, até mesmo para ajudar o manter as atividades exercidas pelas entidades religiosas. Onde é de grande valia que os profissionais destas entidades tenham o conhecimento sobre a legislação para que assim não venham a prejudicar as atividades da entidade.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa adota a metodologia de abordagem do problema em um estudo de caso, aliado à pesquisa bibliográfica e documental de forma qualitativa e descritiva. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa assume o caráter de pesquisa qualitativa, pois descreve o processo de transparência das informações contábeis, considerando seus tratos subjetivos e particularidades, aliado a realização de entrevistas. Para Minayo (2004, p.14), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e

atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto aos objetivos da pesquisa, classifica-se como pesquisa descritiva, pois descreve e verifica os processos contábeis e administrativos da Mitra Diocesana de Cruz Alta. Para Gil (1999, p.43) a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”.

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa trata-se de um estudo de caso, documental e bibliográfico. Yin (1994, p.13) define “estudo de caso” com base nas características do fenômeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de escolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. O estudo de caso dá a oportunidade para que um determinado aspecto seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado, ou ainda, permite a realização de uma pesquisa de forma ampla e detalhada, a fim de oferecer o conhecimento.

A pesquisa documental é baseada em materiais e documentos de cunho próprio da Mitra Diocesana de Cruz Alta que, segundo Gil (2008), assemelha-se à pesquisa bibliográfica, porém vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008).

Quanto ao objeto do estudo, restringe-se a Mitra Diocesana de Cruz Alta e foram coletados dados e materiais na entidade por meio das documentações e entrevistas semi estruturada nas trinta e duas paróquias e na Cúria Diocesana. Desta forma Minayo (2004), define a coleta de dados como “aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. Marconi e Lakatos (1999, p.94) definem entrevista como “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”.

A coleta de dados implicou em documentação indireta, consistindo em uma pesquisa documental e bibliográfica, podendo ocasionar em uma observação direta extensiva, utilizando-se de entrevistas e análise de conteúdo de cunho próprio da Mitra Diocesana de Cruz Alta.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Esta seção apresenta e analisa os resultados deste estudo que tem o objetivo de verificar como é tratada a questão da transparência na evidenciação das informações contábeis na Mitra Diocesana de Cruz Alta. Primeiramente apresenta-se uma descrição do objeto de estudo a “Mitra Diocesana de Cruz Alta” seguida dos aspectos legais e tributários que norteiam o funcionamento legal da entidade. Logo após são apresentados os aspectos sobre a gestão dos recursos financeiros da entidade e a evidenciação das informações contábeis.

#### 4.1 Descrição da Mitra Diocesana de Cruz Alta

Os resultados restringem-se à Diocese de Cruz Alta, civilmente denominada Mitra Diocesana de Cruz Alta. Criada pelo Papa Paulo VI, em vinte e sete de maio de um mil novecentos e setenta e um, a Mitra Diocesana abrange a Cúria, um santuário, dois seminários, trinta e duas paróquias e mais de quinhentas capelas. Distribuídas em trinta e três municípios que estão divididos em cinco regiões pastorais sendo elas: Região de Cruz Alta, Região de Ijuí, Região de Panambi, Região de Espumoso e Região de Soledade (Figura 1).



Figura 1: Mapa Diocesano.

Fonte: Guia Diocesano Diocese de Cruz Alta (2016, p. 06).

Seu clero é composto por um bispo diocesano empossado em quinze de março de dois mil e quinze, dois bispos eméritos, trinta padres, nove freis, um frade e cinco seminaristas para atender toda a diocese.

Atualmente a Mitra Diocesana de Cruz Alta, emprega cerca de cento e trinta funcionários, sendo quatorze funcionários somente na Cúria Diocesana, onde são centralizadas todas as informações e documentações relevantes à diocese, assim como se encontram os setores de contabilidade, recursos humanos, tesouraria, comunicação, pastorais e administração episcopal. Ou seja, é o lugar onde se encontra o escritório administrativo do bispo diocesano e onde estão os setores que o auxiliam para manter o bom andamento da entidade.

#### **4.2 Os aspectos legais e tributários acerca da Mitra Diocesana de Cruz Alta**

A Mitra Diocesana de Cruz Alta é constituída como pessoa jurídica de direito privado, onde o bispo é o representante legal em juízo e fora dele, em todas as circunstâncias, exercendo poderes legislativo, executivo e judiciário. Ele assume compromissos e obrigações civis e patrimoniais, podendo exercer atividades como admissão e demissão de funcionários da diocese, firmar contratos, movimentar contas bancárias da diocese, e, além disso, pode conceder poderes, inclusive os da cláusula “*ad iudicia*”. Assim, surgem as figuras do ecônomo e do vigário geral, que são definidos como colaboradores imediatos do bispo.

Com a queda da monarquia, houve a separação do Estado e a Igreja, assim, nos assuntos que abrangem o culto, a diocese segue as doutrinas de acordo com o estabelecido no Código de Direito Canônico, e quanto às obrigações legais perante o Estado, ela segue as normas e exigência do país onde está instalada. Conforme o estabelecido no Decreto nº 7.107, de 11 de Fevereiro de 2010, foi firmando um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.

Desta forma, em suas relações patrimoniais, civis, jurídicas e econômico-financeiras, ou seja, civilmente, a Mitra Diocesana apresenta em todas as suas relações legais e tributárias, a personalidade jurídica estando inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda, sob o nº 87.544.425/0001-40. Todas as suas paróquias são consideradas filiais da Cúria Diocesana, assim como todas as capelas são consideradas extensões de suas paróquias.

Ainda no que tange os aspectos legais da Mitra Diocesana de Cruz Alta, é importante ressaltar que a mesma tem obrigações perante o Governo, estando obrigada a enviar as



seguintes declarações conforme relatado em entrevista pelo setor de contabilidade e recursos humanos:

- a) ECF (Escrituração Contábil Fiscal) entrega anual, até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano calendário.
- b) ECD (Escrituração Contábil Digital) entrega anual, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano calendário.
- c) DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte) entrega anual, até ultimo dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano calendário.
- d) DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) entrega mensal até o dia vinte e cinco do mês seguinte.
- e) RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) entrega anual, até metade do mês de março do ano seguinte ao calendário.
- f) GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social) entrega mensal, até o dia sete de cada mês.
- g) CAGED (Cadastro geral de empregados e desempregado) entrega mensal, até o dia cinco de cada mês.

Quanto a parte tributária, é importante ressaltar que a entidade goza do benefício de imunidades tributárias, que é uma forma que o Governo encontrou para “ajudar” na manutenção das atividades das entidades do terceiro setor. Algumas das imunidades que a Mitra Diocesana tem direito são as que abrangem o patrimônio e a renda, além de ser proibido instituir impostos sobre os templos de qualquer culto, de acordo com o art. 150 da CF.

Alguns dos impostos que a entidade está imune são: IPTU (Imposto predial e territorial urbano), onde a mesma paga somente as taxas de coleta de lixo, iluminação e contribuições de melhoria; IR (Imposto de renda) sobre as aplicações financeiras assim como o IOF (Imposto sobre operações financeiras). Além do IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores), onde a mesma não paga o imposto, somente o licenciamento e o seguro DPVAT é importante frisar que este benefício é somente enquanto o automóvel for de propriedade da Mitra Diocesana de Cruz Alta, no momento em que houver venda, o benefício é suspenso; ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) no momento da compra de um automóvel assim como o IPI (Imposto sobre produtos industrializados).

#### **4.3 Gestão dos recursos financeiros da Mitra Diocesana de Cruz Alta**

A Mitra Diocesana de Cruz Alta possui um Conselho Paroquial de Economia e Administração (CPA), tanto na Cúria, como em cada uma de suas paróquias, de acordo com o seu regimento interno. O conselho é um órgão consultivo e executivo, constituído por voluntários que se dispõem a colaborar nas atividades administrativas da igreja.

Este conselho pode ser tanto consultivo, no caso de compra e venda de imóveis e veículos, procedimentos de construções e reformas ou contratação e demissão de funcionários. Como pode ser executivo, no que diz respeito à aplicação do regimento interno em que é assumida a corresponsabilidade do conselho junto às obrigações que a paróquia assumir.

O CPA é formado por no mínimo nove pessoas, sendo constituído por presidente que é o pároco, e no caso da Cúria é representado pelo bispo diocesano. Um coordenador e vice-coordenador, um secretário e vice-secretário, um tesoureiro e vice-tesoureiro e dois conselheiros da pastoral do dízimo.

E as atribuições destinadas ao CPA são o planejamento e acompanhamento das receitas, preparação de orçamento das receitas e despesas para a manutenção do patrimônio, dos movimentos pastorais e dos agentes envolvidos, assim como o envio mensal da documentação contábil ao setor da contabilidade na cúria diocesana, além de zelar pelo patrimônio da igreja.

A Cúria Diocesana provem seus recursos financeiros através de repasses que as paróquias realizam todo mês, sendo eles formados por 10% de toda receita arrecadada pela paróquia e suas capelas, como por exemplo: dízimo, aluguéis, coletas de missa, entre outras. Durante o ano ocorrem cinco campanhas que podem ser entendidas como exceções.

Estas campanhas são: Campanha da Solidariedade que vem das paróquias 100% e são repassado pela Cúria 50% para projeto da Caritas diocesana, e o restante para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que distribui 10% para Caritas Regional e 40% para Caritas Nacional, que são redistribuídos em projetos sociais durante o ano. Pela campanha Lugares Santos, a Cúria Diocesana repassa 100% para Nunciatura Apostólica do Brasil e Óbolo de São Pedro. Da coleta para Seminários são repassados 100% para CNBB e pela Campanha de Evangelização as paróquias repassam 80%, e a Cúria repassa 45% para CNBB e os 35% restantes ficam na Cúria Diocesana para evangelização.

Assim como as receitas de crisma, que são repassadas para a Cúria Diocesana e utilizadas para a evangelização, é importante ressaltar que 1% de toda a receita que a Cúria recebe das paróquias é repassada para CNBB, que distribui para manutenção de dioceses mais carentes do país.

Uma das funções do CPA é responsabilidade sobre a informação e divulgação da prestação de contas para a sua comunidade, realizando uma espécie de fiscalização das contas.

#### 4.4 Evidenciações das informações contábeis

A evidenciação das informações contábeis é uma ferramenta importante para ambos os lados, tanto para a Igreja (párocos, CPA e Cúria Diocesana), quanto à sociedade, que muitas vezes auxilia na manutenção da igreja.

As informações contábeis não devem ser tratadas somente como a ferramenta de transmissão das informações ao Governo, mas também como um mecanismo que auxilia na tomada das decisões, como o caso de contratação de novos funcionários ou a realização de uma obra. E, além disso, serve também para demonstrar à sociedade como são utilizados seus recursos e se os mesmos estão sendo utilizados da maneira correta.

Na Cúria Diocesana, se observa que a evidenciação das informações contábeis, ocorre de forma mensal, através do seu jornal chamado de “A Voz da Diocese”, que é distribuído em toda a diocese. No jornal são discriminados os valores recebidos de cada paróquia da Mitra Diocesana de Cruz Alta. Esses valores recebidos consistem em uma porcentagem de 10% das receitas que as paróquias e as suas capelas arrecadaram durante o mês e que são repassados para manutenção da Cúria Diocesana.

São discriminadas no jornal também, todas as despesas que a Cúria Diocesana possui para sua manutenção, como por exemplo, o pagamento dos salários dos funcionários, cônica (pagamento para manutenção do religioso), casa episcopal, energia elétrica, água, combustível, despesas pastorais, repasse para manutenção do seminário, estudos dos seminaristas, entre outras.

Abaixo, segue quadro com as informações obtidas por meio de entrevista realizada com todas as trinta e duas paróquias que fazem parte da Mitra Diocesana de Cruz Alta sobre como as mesmas evidenciam das suas informações contábeis e se a comunidade ao qual está inserida possui algum interesse no que diz respeito à divulgação das informações contábeis.

Paróquias	Evidenciação das informações contábeis	Interesse por parte da comunidade
<b>Região Pastoral de Cruz Alta</b>		
Paróquia de Pejuçara	Em uma reunião anual é apresentado um demonstrativo com as receitas e despesas da paróquia. É colocado um cartaz estas informações fixadas na secretária paroquial. Acredita-se que com a criação da PASCON (pastoral da comunicação) na paróquia à transmissão das informações contábeis ficaram	Não possuem interesse.

	mais transparentes e chegaram a mais pessoas.	
Paróquia de Fortaleza dos Valos	É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas e despesas, onde este demonstrativo é repassado ao CPA e fixado no mural da igreja.	Não possuem interesse.
Paróquia de Boa Vista do Ingra	É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, onde este demonstrativo é repassado ao CPA e fixado no mural da igreja.	Não possuem interesse.
Quase Paróquia São Marcelino Champagnat	É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas e despesas, onde este demonstrativo é repassado ao CPA e fixado no mural da igreja.	Não possuem interesse.
Paróquia Conceição	É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas e despesas, que é fixado na igreja e na secretária paroquial.	Pouco interesse. Às vezes surgem perguntas a respeito das nomenclaturas das receitas e despesas.
Catedral	É elaborado um demonstrativo com todas as receitas da paróquia mensalmente onde é fixado dentro da igreja. É elaborado também um balancete da paróquia e um demonstrativo da movimentação de suas capelas. Onde também são elaboradas planilhas separadas com valores recebidos de alugueis, dizimo e coletas para demonstrar a comunidade como estão as finanças da paróquia, esses balancetes e planilhas ficam a disposição da comunidade na secretária paroquial.	Não possuem interesse.
Paróquia de Fátima	É repassado ao CPA um balancete mensal. Estuda-se elaborar um mural com as informações contábeis para colocar dentro da igreja. Já que para secretária paroquial é de grande importância divulgar as informações contábeis a comunidade.	A paróquia possuía um mural, onde às vezes as pessoas questionavam alguns pontos.
<b>Região Pastoral de Ijuí</b>		
Paróquia de Ajuricaba	Há um tempo era elaborado um demonstrativo com as receitas e despesas, onde era fixado no mural da igreja. Agora é feito um informativo que é entregue a quem pedir na secretária paroquial. O informativo veio para trazer mais transparência na divulgação das informações contábeis.	Pouco interesse. Às vezes pedem o informativo.
Paróquia de Augusto Pestana	Não é feita a divulgação da prestação de contas.	Não possuem interesse.
Paróquia Cristo Rei	A paróquia não possui mais o mural com as informações contábeis. Ela mantém um caderno com todos os valores arrecadados de dizimo do mês. Ao CPA são passados no início do mês os saldos de caixa e bancos e um boletim de caixa que o sistema contábil disponibiliza e que trás toda movimentação mensal da paróquia.	Quando a paróquia ainda tinha o mural, o interesse era pouco. Somente perguntavam a respeito de valores mais altos, como o caso de promoções e festas.
Paróquia São Geraldo Magela	É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas mensais, que é fixado na igreja e nas capelas que a paróquia possui.	Não possuem interesse.
Paróquia Nossa Senhora da Natividade	A paróquia possui um jornal próprio, onde apresenta um demonstrativo com as receitas e despesas, esse jornal circula em todas as capelas da paróquia. A paróquia não possui mural na igreja. Para o CPA e o padre também são	Não possuem interesse

		repassados um demonstrativo.	
Paróquia Vila Santana		É elaborado um demonstrativo com todas as receitas e despesas da paróquia e das suas capelas mensalmente onde é fixado dentro da igreja, na casa paroquial e em cada capela da paróquia. E todo início de mês durante a missa o padre divulga os resultados, deixando espaço para comunidade tirar dúvidas com ele ou com a secretária paroquial.	A população tem interesse, pois essa divulgação da informação foi um pedido da comunidade ao padre.
Paróquia de Jóia		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja. Sobre as despesas nos próximos meses vão ser elaboradas e fixadas no mural.	Pouco interesse.
<b>Região Pastoral de Panambi</b>			
Paróquia de Chapada		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Não possuem interesse
Paróquia de Condor		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja. Também é lido pela pastoral do dizimo na terceira missa de cada mês um demonstrativo com as receitas e as despesas da paróquia.	Possuem interesse, quando os valores são muito altos ou quando forem muito baixos. Mas quase nunca perguntam.
Paróquia de Panambi		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse.
Paróquia Saldanha Marinho		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas e despesas da paróquia, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse.
Paróquia de Santa Bárbara		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas e despesas da paróquia, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse.
<b>Região Pastoral de Espumoso</b>			
Paróquia de Alto Alegre		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse, as vezes perguntam sobre os valores das receitas de festas.
Paróquia de Campos Borges		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse.
Paróquia de Espumoso		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse.
Paróquia de Tunas		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas e despesas da paróquia, que é fixado no mural da igreja, até o quinto dia do mês seguinte, é deixado sempre do mural o demonstrativo dos dois meses anteriores.	Pouco interesse, os mais interessados são o CPA e as lideranças da paróquia.
Paróquia de Ibirubá		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas e despesas da paróquia, que é fixado no mural da igreja. É elaborado também um demonstrativo financeiro que é repassado ao Padre e ao CPA.	Pouco interesse.
Paróquia Salto do Jacuí		Não é feita a prestação de contas.	Pouco interesse.
<b>Região Pastoral de Soledade</b>			
Paróquia de Barros Cassal		É elaborado um demonstrativo com as receitas e despesas e repassado em reunião para o CPA da paróquia e os das capelas.	Pouco interesse.
Paróquia de Mormaço		É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse.
Paróquia de Ibirapuitã		Atualmente não está sendo feito nenhum demonstrativo e cartaz sobre as receitas e despesas da paróquia. Pretende-se retomar a realização desta prestação de contas a população.	Quando a paróquia fazia o mural, as pessoas no final da missa olhavam e comentavam entre si.

Paróquia de Fontoura Xavier	É elaborado um demonstrativo para o CPA.	Pouco interesse.
Paróquia de Lagoão	É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Pouco interesse.
Paróquia de São José do Herval	É elaborado um demonstrativo para o CPA.	Não possuem interesse
Paróquia de Soledade	É elaborado um demonstrativo mensal com as receitas, que é fixado no mural da igreja.	Tem interesse, pois quando atrasa a prestação de contas a comunidade começa a cobrar.

Quadro 1: Como as paróquias da Mitra Diocesana de Cruz Alta prestam contas a comunidade.  
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

É possível analisar que nas paróquias da Mitra Diocesana de Cruz Alta, o interesse da comunidade a respeito das informações contábeis da igreja ainda não é de grande relevância para população, já que o interesse pela informação contábil é quase em sua totalidade nulo, ou é pouco, muitas vezes se restringindo às pessoas que são ligadas às atividades da Igreja Católica, como o caso do CPA e de algumas lideranças.

Sobre a evidenciação das informações contábeis, é possível analisar que em quase toda sua totalidade, as paróquias somente divulgam os valores a respeito de suas receitas e não sobre suas despesas.

É possível ressaltar que muitas vezes as pessoas contribuem para manutenção das atividades da igreja e somente se interesse se os valores foram altos ou baixos, mas não se interessam em como esse recurso será empregado para assim poder estipular se o valor é alto ou baixo. E se ele está sendo utilizado corretamente, a fim de atender a todos que necessitam.

Portanto, observa-se que ainda falta o interesse das pessoas nas informações contábeis, é bastante restrito como também falta a prestação de contas destas informações por parte da igreja serem mais transparentes, trazendo não só os valores das receitas, mas os das despesas.

Ressalta-se que este ainda é um longo caminho que as paróquias da Mitra Diocesana de Cruz Alta têm a trilhar, mas que ela já está no caminho, já que pelas entrevistas realizadas, observa-se que somente duas paróquias não apresentam nenhum demonstrativo a respeito da prestação de contas a sua comunidade.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terceiro setor contribui para a movimentação da economia do país, através dos numerários que movimenta. Movimenta não só a economia, como também auxilia as pessoas que estão em grupos de vulnerabilidade social. Desta forma, o terceiro setor surge para suprir as necessidades da sociedade, quando o Estado não consegue supri-las.

Portanto, o artigo tratou sobre as sistemáticas de prestação de contas adotadas no terceiro setor, uma vez que é um assunto pouco divulgado e poucas pessoas tem a noção da amplitude de sua participação na sociedade. A pesquisa se norteou através de um estudo de caso realizado na Mitra Diocesana de Cruz Alta, entidade religiosa que pertence ao terceiro setor.

Os objetivos de descrever a Mitra Diocesana de Cruz Alta, os aspectos legais e tributários que cercam a entidade, e como se dá a gestão de seus recursos financeiros, culminado no objetivo de mostrar como ocorre a evidenciação das informações contábeis foram amplamente atendidos.

Acerca da descrição da entidade, com os dados fornecidos pela diocese, foi possível observar a amplitude que ela possui, além de observar que a centralização de setores como administração, contabilidade e recursos humanos é de suma importância para o bom andamento da Mitra Diocesana de Cruz Alta, pois como sendo uma entidade do terceiro setor, entidade religiosa, possui suas peculiaridades.

Dentre suas peculiaridades é importante ressaltar seus aspectos legais e tributários, onde este objetivo também foi atendido, pois mesmo sendo igreja ela também possui suas obrigações junto ao Governo, assumindo personalidade jurídica para os assuntos patrimoniais, civis, jurídicos e econômico-financeiros e tendo que cumprir suas obrigações legais enviando todas as declarações contábeis, fiscais e trabalhistas que a lei do país onde está instalada a obriga.

Assim, seguindo os objetivos da pesquisa, é importante ressaltar que a gestão de seus recursos financeiros é regulada por um conselho, o CPA que entre algumas de suas atribuições está o planejamento e acompanhamento das receitas e despesas para a manutenção do patrimônio, dos movimentos pastorais e dos agentes envolvidos. E que este conselho pode assumir um caráter consultivo ou executivo dependendo do que lhe for solicitado, atuando como uma espécie de fiscalizador das contas da igreja.

Para que assim, a pesquisa chegasse ao objetivo geral de responder como é realizada a evidenciação das informações contábeis na Mitra Diocesana de Cruz Alta. Onde veio a constatar que na Cúria Diocesana a evidenciação ocorre através do seu jornal A Voz da Diocese, onde mensalmente é publicado um demonstrativo com as receitas e despesas do mês que passou. E que nas paróquias, em sua grande maioria, a evidenciação é somente de suas receitas, e em dois casos não há nenhum tipo de evidenciação.

É evidente que as comunidades ainda não possuem interesse nas contas das paróquias, e as que possuem algum interesse, muitas vezes, ocorre somente por partes membros do CPA ou algumas lideranças da paróquia.

Desta forma, é inevitável o surgimento do questionamento, onde as pessoas contribuem com o dízimo ou alguma outra receita que as paróquias venham a receber, mas não dão a devida importância em como esse dinheiro está sendo usado e se o mesmo está sendo utilizado da maneira correta, ou em alguns casos, acreditam que todo o dinheiro arrecadado fica com o bispo.

Neste ponto, a contabilidade se torna uma ferramenta indispensável para promover a transparência de todo o processo econômico-financeiro que ocorre na igreja, pois ela além de ser uma obrigação acessória da diocese se torna o meio de comunicação entre as paróquias, a Cúria Diocesana, o Governo e a população, pois é através da contabilidade que a evidênciação das informações contábeis acontece trazendo transparência às atividades da Mitra Diocesana de Cruz Alta.

Neste contexto, é expressiva a figura do contador, que é o principal agente comunicador, que estabelece a comunicação entre as paróquias, a Cúria Diocesana, o Governo e a população, pois é o contador quem recebe os dados e os transmite a todos os interessados, onde fornecer a transparência da informação contábil é um das suas responsabilidades éticas e morais. Além de que, para a entidade possuir uma situação econômico-financeira favorável, muito se deve a trabalho executado por um contabilista.

Ressalta-se ainda, os pontos positivos da pesquisa, que foram a disponibilidade da entidade em fornecer todos os dados solicitados para elaboração da pesquisa, tanto Cúria Diocesana como todas as paróquias da diocese. Além de ter agregado maior conhecimento sobre o tema para a acadêmica. Sobre os pontos negativos da pesquisa, pode-se citar a falta de interesse das pessoas em relação à prestação de contas realizada pela igreja.

Para um apanhado mais complexo, é necessário maiores pesquisas a respeito do terceiro setor, onde serão interessantes novos estudos de caso, realizados em outras entidades do terceiro setor, ou até mesmo em outras dioceses do país, pois cada uma dessas instituições possui suas particularidades e peculiaridades. Podendo ser elaborados novos estudos na Mitra Diocesana de Cruz Alta, como a elaboração de um demonstrativo contábil-financeiro padrão para auxiliar as paróquias a evidenciar de uma maneira mais transparente sua prestação de contas, podendo usar uma nomenclatura mais dinâmica para melhor entendimento da população.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. São Paulo, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009)> Acesso em: 10 abr. 2016.

BARRETO, Aldo de A. **A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação**. Ciência da Informação. Brasília, v. 25, n. 3, set./dez. 1996.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, Vade Mecum Saraiva 2016.

CHAGAS, Maria Liliane de Oliveira. **Uso da contabilidade do terceiro setor no controle de uma instituição eclesial: Um estudo de caso na Igreja Batista da Cidade de Vertentes-PE**. Caruaru, 2011. Disponível em <<http://repositorio.favip.edu.br:8080/bitstream/123456789/980/1/MONO.pdf>> Acesso em: 05 Jun. 2016.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1990.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Rubens C. **Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: 2.ed. Relume – Dumaré, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. \_\_\_\_\_ . Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Guia Diocesano: **Diocese de Cruz Alta**. 2016.

IMETON, Luciana da Silva. **A contribuição da contabilidade ao processo de gestão de uma organização do terceiro setor: O caso da IDES**. Florianópolis, 2008. Disponível em <<http://catedragc.mes.edu.cu/download/Tesis%20de%20Maestria/Ingeniera%20Industrial%20-%20Internacionales/LucianadaSilvaImeton.pdf>> Acesso em: 05 Jun. 2016.

IOSCHPE, Evelyn Berg et al. **3º setor: desenvolvimento social sustendo**. In: III ENCONTRO IBERO-AMERICANO DO TERCEIRO SETOR. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

LANDIN, Leilah; BERRES, Neide. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos.** Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LUCA, Camila de Almeida. **O Terceiro Setor na Economia Brasileira.** Florianópolis, 2008. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292158>> Acesso em 31 de Maio de 2016.

Manual de procedimentos para o terceiro setor: **aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social / José Antonio de França (coordenador); Álvaro Pereira de Andrade ...** [et al.]. - - Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015. 223 p. Disponível em <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo\\_MTS\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf)> Acesso em: 01 Jun. 2016.

MARCONI, Marina A. & LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCOVITCH, Jacques. **Da exclusão a coesão social: profissionalização do Terceiro Setor.** In: 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTON, Ronaldo Lindimar José. **A imunidade tributária dos templos de qualquer culto na interpretação da Constituição adotada pelo Supremo Tribunal Federal.** Câmara dos Deputados, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 23 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

NUNES, Andrea. **Terceiro setor: controle e fiscalização.** 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

OLAK, Paulo Arnaldo; Do Nascimento, Diogo Toledo. **Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos.**São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

\_\_\_\_\_; SLOMSKI, Valmor; ALVES, Cássia Vanessa Olak. **As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 2, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Daniela dos Santos; DURÃS, Silvia Alves Leite. **ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: estudo de caso Mitra Arquidiocesana de Vitória.** Serra - ES, 2014. Disponível em <<http://faserra.edu.br/downloads/monografias/atuacaocontabilidadeterceirosetor.pdf>> Acesso em: 01 Jun. 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** São Paulo: Atlas, 2000.

PICCININI, Taís Amorim de Andrade. **A nova estrutura estatutária das entidades religiosas nos termos do artigo 44 do código civil 2010.** Disponível em <<http://www.direitoeclesastico.com.br/a-nova-estrutura-estatutaria-das-entidades-religiosas-nos-termos-do-artigo-quarenta-e-quatro-do-codigo-civil.asp>> Acesso em: 05 Jun. 2016.

REGIMENTO DOS CONSELHOS DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO. 2009. Disponível em [http://www.diocesecruzalta.com.br/wp-admin/files/regimento\\_dos\\_conselhos.pdf](http://www.diocesecruzalta.com.br/wp-admin/files/regimento_dos_conselhos.pdf). Acesso em: 10 Out. 2016.

RESENDE, Tomáz de Aquino. **Imunidade tributária e isenções de impostos**. 2003. Disponível em <http://catedragc.mes.edu.cu/download/Tesis%20de%20Maestria/Ingeniera%20Industrial%20-%20Internacionales/LucianadaSilvaImeton.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2016.

SILVA, Viviane Da. **Demonstrações contábeis e obrigações tributárias em uma instituição do terceiro setor**. 2009. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SOARES, Euvaldo Antônio Ruiz; CATÃO, Gustavo Campos; LIBONATI, Jeronymo José. **A Contabilidade como um sistema de informação de apoio ao processo decisório nas entidades do terceiro setor**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. 17., 2004. Santos. Anais... Santos, 2004. Disponível em <http://catedragc.mes.edu.cu/download/Tesis%20de%20Maestria/Ingeniera%20Industrial%20-%20Internacionales/LucianadaSilvaImeton.pdf> Acesso em: 05 Jun. de 2016.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEGAS, Gláucia; ASSIS, Lilian Bambirra de; BARRETO, Raquel de Oliveira. **Captação de recurso, mobilização e legalidade: o “fazer estratégico” de organizações do terceiro setor em belo horizonte**. São Paulo, 2014. Disponível em <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=ff87dba7-ecb7-4b57-953e-e19c3781236a%40sessionmgr103&vid=1&hid=105>.> Acesso em: 05 Jun 2016.

VILANOVA, R. C. N. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

ZANLUCA, Júlio César. **A Contabilidade do Terceiro Setor**. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm>.> Acesso em: 27 Mar. 2016.

YIN, Robert (1994). **Case Study Research: Design and Methods** (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. Disponível em [http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo\\_caso.pdf](http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf). Acesso em 06 jun. 2016.

YOUNG, Lucia Helena Briski. **Entidades Sem Fins Lucrativos: Imunidade e Isenção Tributária**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.